



### **Eixo Temático**

1. Educação no Campo e Movimentos Sociais

### **Título**

## **UM OLHAR SOBRE AS MÚLTIPLAS FACETAS DAS RESISTÊNCIAS NO CAMPO**

### **Autoras**

Eduarda Nicola  
Gabriela Geron

### **Instituição**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Francisco Beltrão

### **E-mail**

[dudah\\_252@hotmail.com](mailto:dudah_252@hotmail.com)

[gabi\\_geron@hotmail.com](mailto:gabi_geron@hotmail.com)

### **Palavras-chave**

Resistências; Educação; Campo e Movimento Social.

### **Resumo**

Neste artigo apresentaremos algumas reflexões críticas abrangendo a história da mecanização do campo e os movimentos de resistência, destacando alguns aspectos sobre a importância dos investimentos, desafios e perspectivas da educação do campo. A construção de tal investigação deu-se por meio de uma disciplina do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão/PR. Primeiramente realizamos leituras e debates em aula, para compreender a importância da mídia para a disseminar a visão superficial da população urbana sobre o pequeno agricultor. Posteriormente, realizamos trabalho de campo para os municípios de Marechal Cândido Rondon/PR, no município visitamos pequenas propriedades rurais, e para Cascavel/PR onde fomos conhecer a Escola Itinerante Zumbi dos Palmares onde conhecemos as inovações para resistir ao avanço do capital sob o campo.

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



## Texto Completo

Atualmente o campo é foco de discussões nacionais, mas dando enfoque ao agronegócio e deixando de lado os demais modos de produção do campo, que também são importantes para o desenvolvimento do país. A partir das discussões realizadas durante a disciplina compreendemos a importância da mídia para a disseminação da visão superficial da população urbana sobre o pequeno agricultor e conhecemos com maior amplitude as discussões sobre os movimentos sociais e os movimentos de resistência no campo.

Os movimentos de resistência no campo brasileiro se apresentam das mais diferentes formas como, a agroecologia e o turismo rural, pois para que esses sujeitos consigam competir com os grandes proprietários de terra é necessário procurar caminhos alternativos para a sobrevivência e continuação das novas gerações a não imigrar para a zona urbana, deixando de lado a ideia de que o campo é um espaço atrasado em relação ao urbano.

O Movimento Sem Terras representa um grupo de resistentes no campo que luta pela reforma agrária e pela justiça social. A partir de suas concepções teóricas e de suas práticas, o Movimento busca atuar questionando formas de dominação e buscando o reconhecimento de um grupo social e dos direitos por eles reivindicados no que se acena à valorização do campo como espaço de vida e sociabilidade.

Em campo, conhecendo a realidade dos sujeitos que tem resistido ao capitalista quebramos (pre) conceitos sobre o movimento dos trabalhadores sem terras, a educação do campo e o pequeno agricultor, passamos a admirar esse processo de luta constante para manter-se no campo e resistir ao agronegócio por meio de formas criativas e pequenas soluções que os levam a viver no campo de forma justa, sem focar somente no lucro.

A partir dos conhecimentos apresentados durante a disciplina foram realizadas reflexões críticas abrangendo a história da mecanização do campo, os movimentos de resistência do campo e a importância dos investimentos, desafios e perspectivas da educação do campo para além de uma educação somente de nomenclatura.



Para a apresentação das discussões e reflexões realizadas durante a disciplina apresentamos nesse artigo, primeiramente a influência das mídias no processo de modernização da agricultura, logo após discutimos sobre os movimentos de resistência no campo e a pequena propriedade e para finalizar apresentamos o conceito de educação do campo no Movimento Sem Terras, especificamente a Escola Zumbi dos Palmares, localizada no assentamento Valmir Motta de Oliveira na cidade de Cascavel – Pr.

### **O uso das mídias na persuasão dos povos do campo**

A partir da década de 1950 começou o processo de modernização da agricultura no Brasil, processo esse que se intensificou com a Revolução Verde durante a década de 60, que tinha como propósito aumentar a produção a partir de pesquisas científicas, fertilização do solo e mecanização do campo, modificando as relações sociais do campo, criando o complexo agroindustrial brasileiro. Santos (2011) lembra que o símbolo da modernidade eram os grandes campos de produção sem cobertura natural. Os maquinários, a terra limpa e as curvas de nível, configuravam o mapa do desenvolvimento.

Com o crescimento da industrialização e da urbanização no Brasil, a propriedade rural que não fosse modernizada era vista como um empecilho para o desenvolvimento do país, pois essas não atendiam o interesse da sociedade urbano-industrial. Para isso durante o processo de modernização o governo utilizou do discurso das grandes indústrias para pressionar e influenciar os agricultores a se modernizarem, isso ocorria através de estações de rádio, com discursos preparados por técnicos em horários de ócio do agricultor, levando à eles as “vantagens” na visão dos órgãos governamentais a favor do capital; e também com o envio de extensionistas que cativavam os pequenos agricultores e assim mostravam a eles que a modernização era a solução para melhorar seu lucro. Como consequência disso na década de 1970 aumentou consideravelmente o crédito rural e com isso houve a intensificação no uso de fertilizantes e compras de máquinas agrícolas e a modernização se instituiu de forma dolorosa por seus efeitos sociais.



Santos (2011) cita a importância do marketing no argumento educativo do homem do campo, que disseminava as vantagens da produtividade mecanizada, ele despertava o desejo de progresso dos pequenos agricultores, para isso era necessário levar a escola até o camponês ou levar o camponês até a escola.

No Paraná, a ACARPA/EMATER através da extensão rural levou uma formação ideológica para os pequenos agricultores, formação essa que passou por três fases evolutivas a do humanismo assistencialista, difusionismo produtivista e humanismo crítico.

No início da década de 80 foi introduzida uma metodologia de pedagogia audiovisual no programa de extensão rural, o Vídeo Educativo Rural, que segundo a ACARPA tinha como objetivo levar ao pequeno agricultor uma formação crítica sobre a produção rural dentro de suas realidades, mas que na verdade não passava de uma metodologia que levava ao agricultor ideologias da modernização da agricultura, e não levavam em consideração os saberes que eles possuíam, influenciando a utilização de agrotóxicos e compra de maquinários.

### **A pequena propriedade e as resistências ao agronegócio**

Durante a década de 80 a agricultura do país era caracterizada pelo aumento de fertilizantes, do número de tratores e da área cultivada. Mas com o aumento da produção agrícola e a baixa na produção industrial o preço da produção caiu, além da estiagem de 1986 a 1990, se deu assim a crise fiscal e cambial na agricultura. Os pequenos agricultores que recorreram ao crédito rural para modernizar a propriedade estavam agora endividados e precisaram vender suas terras a “preço de banana” para conseguir pagar parte de suas dívidas. Com isso os latifundiários, que foram atingidos em menor proporção pela crise, aumentaram suas propriedades, anexando essas pequenas terras perdidas pelos agricultores camponeses à sua grande concentração de terras.

Uma das formas de resistência do pequeno agricultor no campo é a agroecologia. Weid (2009) enfatiza que para a felicidade da humanidade, agricultores camponeses em todo mundo já estão mostrando que um sistema com princípios na agroecologia pela



busca da integração dos recursos naturais renováveis sem destruir o meio ambiente é uma das soluções para o camponês continuar no campo. Ao visitar a propriedade do Sr. Fernando vimos que com pequenas soluções e um pouco de estudo é possível resistir ao agronegócio, principalmente ao aliar diferentes formas de obtenção de lucro, como é feito na propriedade, utilizando da pluriatividade agrícola aliada à agroecologia e ao turismo rural.

Ao visitar o Sr. Luiz encontramos uma propriedade diferenciada, da propriedade do Sr. Fernando, um agricultor que consegue obter lucro e produzir para subsistência utilizando da agroecologia e da venda de leite. A conversa com o Sr. Luiz se aproxima do que fala Weid (2009) que ao preservar os saberes e experiências criativas dos agricultores corresponde hoje a valorizar os processos de transição agroecológica em curso, que serão a matriz da conversão mais ampla da agricultura brasileira. Seus saberes e suas leituras desmistificam a ideia que o pequeno produtor não possui conhecimento para além do que faz mecanicamente, graças aos seus conhecimentos e estudos tem cuidados especiais como, homeopatia para tratamento de doenças, piquetes de pastagem com sombra e água a disposição das vacas, resultando num leite com maior qualidade e menor custo de produção.

Outra forma de resistência ao capitalismo no campo é o Movimento dos Sem Terras (MST), que tem por objetivo a luta pela reforma agrária e segundo o site oficial do movimento, eles também lutam por uma sociedade mais justa e fraterna significa que os trabalhadores e trabalhadores Sem Terra apoiam e se envolvem nas iniciativas que buscam solucionar os graves problemas estruturais do nosso país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano, etc.

O MST é a principal forma de resistência no campo, suas ideologias vão contra as ideologias capitalistas, mas a mídia leva a sociedade uma visão distorcida do movimento, é o que Chauí (2006) denomina de ideologia invisível, que está presente na mídia de forma implícita e acaba se tornando uma ideologia social quando não analisada criticamente e vista de forma superficial. A partir disso percebemos que, da mesma maneira que as instituições governamentais voltadas ao capital influenciaram os



pequenos agricultores, como no vídeo educativo rural, hoje a mídia e os detentores de informações nos influenciam no dia-dia. Chauí (2006) ressalta que o poder midiático é um mecanismo de tomada de decisões que permite ao modo de produção capitalista, transubstanciado em espetáculo, sua reprodução automática. Os proprietários dos meios de comunicação são suportes do capital.

O poder da mídia atinge a sociedade urbana e rural, o cooperativismo usa desse poder para demonstrar a “importância” dos pequenos agricultores a participar da cooperativa. As cooperativas quando se expandiram no país tinham como objetivo auxiliar os agricultores a vender seus produtos, sem fins lucrativos, com o tempo elas são influenciadas pelo capitalismo. A cooperativa Lar, é um exemplo, hoje possui supermercado e obtém lucro cada vez maior sobre o trabalho dos agricultores, mas as ideologias apresentadas na mídia não são as mesmas utilizadas pela cooperativa.

O incentivo a monocultura aparece em todo momento quando vimos programas de televisão, jornais ou revistas relacionadas ao campo, eles utilizam de atores famosos e da teoria populacional malthusiana para mostrar ao pequeno agricultor que a monocultura mecanizada é a saída para sua renda e para o mundo, deixando a responsabilidade de um mundo sem fome e sem crise econômica na mão do pequeno agricultor, o que faz com que muitos deles acabem iludidos por esse pensamento.

Graças à resistência dos agricultores os saberes também resistiram, o pequeno agricultor possui saberes passados por gerações que a sociedade urbana e/ou o latifundiário mecanizado dificilmente sabe. Nessa reflexão, cabe lembrar do livro de Richard Sennet “A corrosão do caráter”, onde uma das reflexões é de uma padaria que possuía a produção artesanal e com o passar dos anos foi mecanizada e os funcionários substituídos, depois de mecanizada se a máquina de fazer o pão estragar não tem pão para vender, pois nenhum funcionário sabe fazer o pão. O mesmo se aplica aos saberes do campo, pois se o capitalismo entrar em colapso serão esses saberes que irão auxiliar na resolução dessa crise.

## **Educação do Campo e a Escola Itinerante Zumbi dos Palmares**

**[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Como uma forma de manter essa resistência no campo as Escolas do Campo aparecem como uma das peças principais. No início deste século XXI a educação no e do campo está se opondo aos modelos urbanos e tecnocratas de educação, já que os moldes atuais só preparam o cidadão para o trabalho, sem ao menos preocupar-se com a cidadania e com as relações sociais e culturais. Para Caldart (2008) a Educação do Campo se constitui a partir de uma contradição, sendo está a própria contradição de classes existente na agricultura, tal se dá entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, visto que a primeira se mantém através da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos fundamentais da segunda.

Os movimentos sociais consideram o campo como algo a mais que um agrupamento espacial geográfico. É o lugar de muitas lutas e embates políticos. É um espaço cultural particular, possuidor de tradições místicas e costumes singulares. Homens e mulheres do campo são sujeitos construídos historicamente, se comparados aos sujeitos dos grandes centros, de maneira diferente.

Caldart (2002) defende ser necessário a criação de Políticas públicas que assegurem uma educação que seja no e do campo, pois além do direito a ser educado no lugar onde vive, o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais, portando uma Educação do Campo.

A partir da criação da ideia de uma educação para todos e a implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, conquistou-se o respeito pelas diversidades particulares do campo, como elucidam os artigos 23, 26 e 28, tratando tanto de questões da organização escolar como das questões pedagógica. A LDB 9.394/96 em seu artigo 28 estabelece as seguintes normas para a educação no meio rural:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I. Conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II. Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases



do ciclo agrícola e às condições climáticas; III. Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Ao reconhecer o campo como algo diferente e específico, no que diz respeito às diferenças socioculturais, o artigo 28 inova no sentido de aceitar as diferenças sem transformá-las em desigualdades, sugerindo que os sistemas de ensino deverão fazer ajustes na sua forma de organização, funcionamento e atendimento para que se adaptem ao que é particular à realidade do campo, sem desconsiderar a dimensão universal do conhecimento e da educação.

No final da década de 90 após ser colocada em debate, em espaços públicos, a educação do campo foi concretizada, afirmando a necessidade da construção de um modelo de educação direcionado aos interesses do campo. O poder público passou a reconhecer a precisão de pensar uma legislação específica de educação aos povos do campo, levando o Conselho Nacional de Educação a aprovar em 2002, através da Câmara de Educação Básica, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002).

No Estado do Paraná, a educação do campo não ocorreu de forma distinta do trajeto que tomou no Brasil, igualmente, esteve marginalizada. Ao longo de vários anos, a instrução dos habitantes do campo foi precarizada, reproduzindo todas as dificuldades encontradas no país. Na década de 90, no Estado do Paraná, aconteceram ações consideráveis de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos da reforma agrária, mediante a ação do MST. O acúmulo de métodos pedagógicos, práticas, materiais didáticos, debates e seminários, realizados pelo movimento mencionado, fez com que as discussões em relação à educação do campo se desenvolvesse.

Vale destacar que as vivências educativas das escolas itinerantes, presentes em assentamentos do MST, apontam importantes contribuições para o debate no que diz respeito à formação educacional, ao desenvolvimento local e a emancipação social e cultural dos povos do campo. Todas as ações são expressivas para o acúmulo de práticas pedagógicas e para demonstrar que a educação do campo é objeto de dedicação de muitas entidades sociais, de sindicatos, de movimentos sociais e de muitas comunidades que, de modo preciso, efetuam suas práticas socioeducativas.

**[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Em 2001 a Articulação Paranaense deliberou uma pauta de reivindicações para a semana de lutas pela agricultura. Dentre as reivindicações, estava à criação de um setor, dentro da Secretaria de Estado da Educação (SEED), que fosse específico para a Educação do Campo. Tal petição só foi atendida com a troca de governo em 2002, quando foi criada na SEED a Coordenação da Educação do Campo, onde a Educação do Campo começou a ter um ambiente de articulações entre o governo do Estado e a sociedade.

Conforme as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (2006, p.9)

Educação do Campo é uma política pública que nos últimos anos vem se concretizando no estado do Paraná, assim como no Brasil. Uma política pública pensada, mediante a ação conjunta de governo e sociedade civil organizada. Caracterizada como o resgate de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos ora marginalizavam os sujeitos do campo, ora vinculavam-se ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro, especialmente aquela expressa na prática social dos diversos sujeitos do campo.

Ainda reafirmam que a construção das Diretrizes é resultado da relação entre o governo e a sociedade civil organizada e que o diálogo e os anseios políticos são fundamentais para que as políticas públicas não sejam uma via de mão única, mas um caminho trilhado em meio a tensões e conflitos que são necessários para à construção de relações democráticas na sociedade.

Mesmo com a história de luta da Educação no campo ainda hoje é necessária a discussão sobre escolas no campo somente de nomenclatura e escola do campo com os ideais voltados para as lutas e resistências. Ao visitarmos a Escola Itinerante Zumbi dos Palmares – Cascavel/ PR (figura 01), encontramos uma escola que valoriza os saberes do campo, que traz os ideais do MST para dentro da escola, que mesmo com estrutura física precária e poucos espaços de para ensino, a escola o conhecimento espontâneo (do dia-dia do campo) e lhe transforma em conhecimento científico (Vygotsky, 1991). Alunos formados nessas escolas chegam na universidade, são bancados pelo movimento e depois de formados voltam para auxiliar em suas lutas.



[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

**Figura 01:** Escola Itinerante Zumbi dos Palmares



**Fonte:** Campo, 2014.

A pedagogia adotada pela escola é a pedagogia por complexos temáticos, que tem como uma de suas raízes Paulo Freire, que com base na realidade vivida, e na perspectiva de problematizá-la, propôs trabalhar com temas geradores nas escolas. Segundo Fortes (1999), isso se realiza através de uma relação dialógica entre o educador e educando, vai-se problematizando e aprendendo o mundo vivido, incorporando novos conhecimentos, na perspectiva de uma ação inovadora. Sua concepção é de educação como um ato político conservador ou revolucionário.

A escola visitada é a união de uma escola municipal, coordenada por uma moradora e ex-estudante do assentamento, e uma escola estadual em processo de mudança para deixar de ser itinerante. Na escola estadual existe apenas o diretor concursado os professores são contratados pelo PSS (Processo Seletivo Simplificado). Aqui percebemos a falta de identificação com a escola, professores ficam poucos meses na escola por falta de identidade com o lugar, os poucos que ficam o ano inteiro muitas vezes não conseguem, por não conhecer o movimento, relacionar os conhecimentos do



campo e das lutas com o científico. Neste contexto fica evidente a clara falta de interesse do governo em expandir a escola do campo para além de ser somente uma escola de nomenclatura.

O programa PRONACAMPO aparece como um incentivo do governo para a valorização da educação do campo, tendo como uma de suas ações a distribuição de livros didáticos para as escolas do campo do país. Mas ao analisar esse discurso percebemos que essa proposta não condiz com a proposta pedagógica e metodológica da educação do campo, pois não leva em consideração as diversas realidades do campo brasileiro. Na Geografia, por exemplo, estudamos a importância de que os alunos compreendam o conceito de lugar, porém essa distribuição de livros didáticos, quando somente eles são utilizados nas aulas, prejudicam educandos não só de escolas urbanas, mas principalmente das escolas do campo.

Esses livros didáticos são geralmente sem foco na realidade dos alunos. Neles, os conteúdos relacionados ao dia-dia não são contemplados, com isso os alunos passam a ter dificuldade na contextualização, a partir disso, o lugar não é considerado, mesmo sendo um fragmento, Silveira (1993) confirma que a própria totalidade em movimento, que através do evento, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global.

Os desafios encontrados pelas escolas do campo, pertencentes ao MST ou não, são diversos, mas acreditamos que através da luta pelo reconhecimento e de uma formação de educadores que entendam a importância dessas escolas, elas conseguiram resistir contra os interesses do capital e cumprir seu objetivo de enraizar a consciência política, nessa nova geração, para continuar resistindo a essa dolorosa capitalização do campo.

### **Algumas considerações**

O Estado Capitalista é o grande motor da mídia e da educação brasileira, ele guia a educação conforme seus interesses, que dificilmente é a valorização do campo. Vemos essa reflexão na obra Ideologia Alemã Marx e Engels definem o Estado capitalista como a forma sob qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns, na qual se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se



disso que todas as instituições comuns têm como mediador o Estado e adquirem, através dele, uma forma política. A educação para esse estado é uma máquina de extrema importância, ela tem como objetivo, conforme Mészáros (2005), manter o capital incontestável, mesmo que todos os tipos de corretivo estritamente marginais sejam não só compatíveis com seus preceitos, mas também benéficos, e realmente necessários a ele no interesse da sobrevivência continuada do sistema.

Em virtude dos fatos mencionados durante a reflexão discordamos da educação para o capital que impõe valores nas novas gerações, formando uma sociedade capitalista formada para o trabalho, Mészáros (2005) reforça que no sentido verdadeiramente amplo do termo educação, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social. Como consequência disso a formação política se dá em espaços não formais, como escolas itinerantes, com isso o lugar e a sociedade tem uma relação dialética de formação do sujeito no espaço. Harvey (2007) lembra que a familiarização dos assalariados foi um processo histórico bem prolongado (e não particularmente feliz) que tem que ser renovado com a incorporação de cada nova geração de trabalhadores à força de trabalho, e por isso a educação continua a serviço do capital.

A partir disso, concluímos, concordando com Mészáros em sua defesa na existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais e destaque para a formação de educandos para a sua realidade, sendo o campo ou a cidade, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. E é através da luta dos movimentos existentes que conseguiremos a consolidação de uma escola do campo e não para o capital urbano.

## Referências

ANTUNES, R. L. C.; **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



CALDART, R. S. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In.: **Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002, p. 25-36.

\_\_\_\_\_. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Por Uma Educação do Campo: Campo - Políticas Públicas-Educação**. 1 ed. Brasília: INCRA/MDA, 2008, v. 7, p.67-86.

CARLOS, A. F. C. A. A mundialidade do espaço. In: **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. O lugar: modernização e fragmentação. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. A., SCARLATO, F. C. e ARROYO, M. (orgs). **Fim de século e globalização**, 3 ed, p. 303-309. São Paulo, Hucitec – Anpur, 1997.

CHAUÍ, M. **Simulacro e poder: Uma análise da Mídia**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

**Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. CNE/MEC, Brasília, 2002.

FORTES, H. M. G. **Complexo temático: Os professores como intelectuais transformadores nas escolas por ciclos de formação**. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Educacao\\_E\\_Ensino\\_Fundamental/Trabalho/06\\_55\\_30\\_COMPLEXO\\_TEMATICO\\_OS\\_PROFESSORES\\_COMO\\_INTELECTUAIS\\_TRANSFORMADORES\\_NAS\\_ESCOLAS\\_POR\\_CICLOS\\_DE\\_FORMACAO.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Educacao_E_Ensino_Fundamental/Trabalho/06_55_30_COMPLEXO_TEMATICO_OS_PROFESSORES_COMO_INTELECTUAIS_TRANSFORMADORES_NAS_ESCOLAS_POR_CICLOS_DE_FORMACAO.pdf)> Acesso em: 26 out 2014. In: **Seminários de Pesquisa em Educação da Região Sul**, 1999.

HARVEY, D.; **Condição Pós-Moderna**. 16 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

IANNI, O.(org.) FERNANDES, F. (cord.); Marx. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1988.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MÉSZÁROS, I.; **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NICOLA, E; GERON, G. Análise da construção e reconstrução do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual do Campo Dom Pedro II. **Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2014.



PARANÁ. **Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná – Educação do Campo.** Curitiba: 2008.

SANTOS, dos C. J. Jecas pós-modernos: saberes, tecnologia e suicídio. In: VANDERLINDE, T. *et al.* **Fronteira: impactos socioambientais na Terra Prometida.** Porto Alegre: Evangraf, 2011.

SILVEIRA, L. M. Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino. In SANTOS, M., SOUZA, M. A. A., SCARLATO, F. C. e ARROYO, M. (orgs). **Fim de século e globalização**, 3 ed, p. 201-209. São Paulo, Hucitec – Anpur, 1997.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WEID, Von der M. J. Um novo lugar para a agricultura. In: PETERSEN, P. **Agricultura familiar camponesa do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.